

Excelentíssimo Diretor de Benefícios Substituto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Ref. Ofício SEI nº. 726/2021/DIRBEN-INSS – Processo Administrativo nº. 35014.398192/2021-41

BANCO BMG S.A. (“BMG”) instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04543-900 (**doc. 01**), em atenção ao ofício supracitado, recepcionado na data de 11/11/2021, **requer a dilação de prazo por 10 (dez) dias para a apresentação de defesa nesses autos, nos termos do art. 51- A, da IN PRES/INSS nº. 28/2008**, pelas razões expostas a seguir.

01. A este respeito o BMG informa que, não obstante tenha solicitado previamente as cópias do processo para este i. Instituto, apenas recebeu os documentos na véspera de vencimento do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa, resultando na redução do prazo para a obtenção de documentos e elaboração da peça (**doc. 02**).

02. Além disso, o BMG esclarece que o processo administrativo possui 2000 (duas mil) páginas, razão pela qual há necessidade de realização de diligências extraprocessuais, como leitura desses documentos e obtenção de provas, até para prestar os esclarecimentos adequados, que exigem do BMG a utilização do prazo adicional de 10 (dez) dias.

03. Registre-se ainda que o pedido desta instituição financeira, encontra-se abarcado pelo princípio da razoabilidade que norteia o processo administrativo,

cuja observância pela administração pública evita a edição de atos administrativos que violem o direito de defesa e contraditório, como inclusive já decidiu a Jurisprudência Pátria do TJDF.¹

04. Diante do exposto, seja pela não disponibilização das cópias dos procedimento, seja ainda pelo fato de o prazo ser evidentemente inadequado, **o BMG requer que este i. Instituto Nacional de Seguro Social, digne-se a deferir a dilação de prazo por 10 (dez) dias, bem como informa que seus patronos recebem intimações nos endereços eletrônicos: (i) intimacoes@villemor.com.br; (ii) pedrocosta@villemor.com.br; (iii) endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4509 4º andar São Paulo SP 04538-133 ac/ Vitor Lopes, Fernando Lima, Pedro Costa, e (iv) Dr. Gustavo Antônio Feres Paixão, OAB/DF 53.701 – A.**

Nestes termos,
p. deferimento.

São Paulo, 19 de novembro de 2021.

Gustavo Antônio Feres Paixão
OAB/DF 53.701-A

Pedro Luiz Chagas Costa
OAB/SP nº 319.526-A

¹ Habeas corpus. Crimes de parcelamento irregular do solo. Crime ambiental (duas vezes). Incêndio. Organização criminosa. Excesso de prazo. Instrução normativa nº 01/2011 - tjdf. Peculiaridades do caso. Constrangimento ilegal. Não caracterizado. Covid-19. Ordem admitida e denegada. 1. **Os prazos processuais não são absolutos, podendo sofrer prorrogação diante das circunstâncias do caso concreto, não devendo ser analisados exclusivamente em razão do tempo de prisão, consoante firme entendimento do c. STJ e desta eg. Corte de Justiça.** 2. Inexiste excesso de prazo se a demora no encerramento da instrução processual criminal não se deu em razão de desídia do Juízo na condução do processo, mas sim em **decorrência da complexidade da causa** e em face de medidas preventivas decorrentes da situação excepcional da pandemia do Covid-19. 3. Ordem admitida e denegada (TJDF. Habeas Corpus Criminal.0718072-27.2020.8.07.0000. 1ª Turma Criminal. DJE 15.072020).